

Choque heterodoxo é a solução?

Economia - Brasil

JUAN CARLOS LERDA

CORREIO DA MANHÃ

○ Pacote Econômico de novembro (PE) equivale à implementação, pela metade, do Plano Austral (PA). Tudo indica que o governo vai, num futuro próximo, completar as restantes medidas do experimento argentino. No entendimento de que isto não seria do melhor interesse da sociedade nem da economia brasileira, parece oportuno iniciar um processo de avaliação crítica enquanto ainda é tempo.

Nossa oposição ao "choque heterodoxo" se fundamenta nos seguintes pontos: (1) Ele não mexe com a restrição fundamental imposta pelo endividamento do setor público, causa principal dos desequilíbrios que se procuram corrigir; (2) Pelo contrário, ele submete a economia e a sociedade às limitações impostas por tal restrição, de maneira análoga ao que vinha sendo feito com o programa "ortodoxo" do FMI; (3) Sua implementação serve apenas para viabilizar, por mais algum tempo, a transferência de renda real exigida pelos credores externos e internos do setor público, desconsiderando os elevados custos econômicos e sociais que a "solução" do problema da transferência provoca; (4) Força o alívio passageiro e superficial resultante do congelamento geral de preços e salários, seus proponentes e implementadores não têm a mais vaga idéia do que fazer após alguns meses de glória efêmera promovida pelo "êxito" inicial do programa; (5) O diagnóstico de que a inflação é inercial, isto é, que a inflação corrente é determinada pela inflação passada, parece sugerir que estamos em presença de um mau costume social que requer um corretivo (o "choque heterodoxo"), após o qual teríamos salvo novos choques — estabilidade de preços. Tal diagnóstico mascara o fato fundamental de que um processo inflacionário reflete a existência de uma incompatibilidade distributiva que se alastra no tempo. E a persistência temporal de tal inconsistência distributiva que explica de maneira geral a inflação de hoje e a de ontem. A "explicação" inercialista desloca o foco das atenções na direção de um fenômeno meramente estatístico (a tendência), em detrimento do substrato econômico-político da inflação (as mudanças em preços relativos associados com a existência de um conflito distributivo).

Apesar de que a prudência aconselharia aguardar uma avaliação mais completa do experimento argentino, vários motivos podem levar o governo a implementar as medidas ainda não efetivadas do Plano Austral. Entre eles se conta: (1) a consciência da aceleração inflacionária hoje em curso (a mentira piedosa de uma inflação esperada de 160% não mais se sustenta); (2) o efeito demonstração do "êxito" argentino em reduzir o registro da inflação de maneira fulminante; (3) o aval que, compreensivelmente, o mundo financeiro vem dando ao Plano Austral; (4) a presença no governo de alguns destacados economistas ligados à gênese da hipótese da inflação inercial, apoiados por antigos críticos desta tese que, à falta de melhores alternativas, parecem ter a ela aderido na condição de retardatários; (5) a conveniência política de o governo poder introduzir os ajustamentos econômicos exigidos pela comunidade financeira internacional mediante um plano dito "heterodoxo" que pode ser vendido como alternativa tupiniquim

à destestada "ortodoxia" do FMI.

Quais são os principais componentes do Plano Austral? Basicamente os seguintes: (A) uma verdadeira "blitz" fiscal (incremento de alíquotas e ampliação da base tributária, empréstimo compulsório, redução nos prazos de recolhimento, elevação real de tarifas e preços públicos etc); (B) moderada redução dos gastos correntes do governo; (C) congelamento geral de preços e salários por tempo indeterminado (precedido de uma maxidesvalorização e de um "tarifaço"); (D) compromisso de não emitir moeda para financiar o déficit do governo; (E) reforma monetária compatível com as necessidades de uma economia indexada.

Como sabemos, o pacote econômico de novembro, agilmente aprovado pelo Congresso, toma conta de (A) e (B). Em relação a (C) o Conselho Monetário Nacional aprovou algo que poderia ser visto como a variante dinâmica do congelamento geral, isto é, a correção de salários, câmbio e ativos financeiros segundo a variação de um índice comum (IPCA). Temos assim que $PE = 0,5 PA$. A outra metade do PA, ainda para ser implementada, consistiria do efetivo congelamento geral. O compromisso de não emissão e a reforma

5 JAN 1986

O choque não ataca a inconsistência entre as aspirações da sociedade e a possibilidade da estrutura produtiva

monetária.

O que ensina a experiência argentina? (1) uma abrupta queda inicial na taxa de inflação registrada, como resultado de um congelamento geral de preços e salários. Após cinco meses a variação mensal do IPC começa a mostrar algum dinamismo (2,4% em novembro, que anualizados correspondem a um patamar de 33% a.a.). A inflação projetada pelo governo para 1986 é de 26%, bastante menor que a esperada pelo setor privado (60-80%); (2) um aprofundamento da recessão (a variação anualizada do PIB sobre uma base trimestral, foi de -1,4% no 1º trimestre de 1985, -3,4% no 2º, e de -5,0% no 3º, sendo que neste último — correspondente ao início do PA — a produção industrial caiu em 18% e a construção civil em 6,6%); (3) agravamento do problema do desemprego e subemprego (o "trabalho precário" na área metropolitana de Buenos Aires corresponde a 25% da força de trabalho); (4) o poder de compra do salário caiu desde o início do PA entre 15-20% (de acordo com os registros oficiais que — como em outros lugares — contabiliza as variações de preços autorizadas oficialmente e não as que se observam no mercado). A grande discussão atual é so-

bre uma eventual correção salarial de 5-6% a partir de janeiro; (5) uma brutal elevação nas taxas de juros reais (no segmento livre do mercado financeiro), situadas entre 40-70% a.a. (sendo que alguns bancos estaduais, captam recursos pagando até 12% a.m. de juros nominais); (6) uma monumental transferência de recursos do setor produtivo com liquidez para o setor financeiro (estima-se em 1,5 bilhão de dólares o que foi transferido desde o início do PA), acompanhada de sensível redução nos investimentos e aumentos nos coeficientes de endividamento das empresas estatais deficitárias e do setor privado mais afetado pela recessão; (7) após seis meses de congelamento rígido de salários (e não tão estrito de preços) praticamente todos os agentes privados (exceto o setor financeiro) aguardam impacientemente a hora de recuperar as perdas acumuladas. O conflito distributivo permaneceu intocado e a equipe econômica não tem idéias concretas sobre como promover o "descongelamento", sem que a inflação reprimida reapareça, destruindo a ilusão de que o "choque heterodoxo" constituía uma engenhosa fórmula técnica capaz de resolver um problema densamente político. A última cartada desta solução, tecnocrática é o apelo que o Presidente Alfonsín acaba de lançar em favor de um pacto político e social que permita "escapar de confrontações selvagens e de luta de todos contra todos". E bem possível que o prestígio e ilde-rança indiscutível do Presidente consiga, por mais algum tempo, arrefecer as aspirações de inúmeros agentes que implicitamente desaprovam a solução do "choque heterodoxo" para o problema da transferência. Que esta última não foi consentida fica evidente quando se observam as pressões setoriais por recuperar o que — no melhor dos casos — consideram um empréstimo, a cuja devolução se julgam com direito. Como explicar-lhes que se tratou de uma doação (transferência) definitiva? Pior ainda: como explicar a tais setores que volumosas transferências continuarão a ser necessárias por tempo indefinido, enquanto não se encontra uma solução para o problema do endividamento público externo e interno?

O "choque heterodoxo" não é uma solução para o processo inflacionário, posto que não ataca a questão subjacente que lhe dá origem e o realimenta, isto é, uma persistente inconsistência entre as aspirações da sociedade e as possibilidades da estrutura produtiva. E tanto não é solução que seus implementadores temem ante a perspectiva do que possa ocorrer quando o inevitável "descongelamento" tenha lugar. Nessa hora da verdade correm atrás de uma "solução política" do tipo pacto Social, tendo que reconhecer que as soluções técnicas de problemas essencialmente políticos, como a mentira, têm pernas curtas. Enquanto a inércia inflacionária for vista como um fenômeno estatístico e não como reflexo da persistência de inconsistências distributivas, não faltarão propostas de corte tecnocrático para "apagar a memória inflacionária do sistema".

O autor é PhD em Economia pela Universidade de Harvard e professor de Economia da Universidade de Brasília